

Acórdão: 15.362/02/3^a
Impugnação: 40.010058613-22, 40.010058614-03(Coob.)
Impugnantes: Fernanda dos Santos Terra- Cartório Terceiro Ofício de Notas (Autuada), Wania Maria França (Coob.)
Proc. S. Passivo: Jayme Bragatto(Aut.)
PTA/AI: 15.000 000349-49
CPF: 289233406-34(Aut.) e 216341736-00(Coob.)
Origem: AF/Uberaba
Rito: Sumário

EMENTA

ITCD – FALTA DE RECOLHIMENTO. Evidenciada a falta de recolhimento do ITCD devido referente à transmissão, por doação, dos recursos financeiros correspondentes à nua propriedade de imóvel. Infração caracterizada. Manutenção parcial das exigências para reduzir a penalidade ao limite máximo de 100% do valor do ITCD (art. 16, § 1º da Lei n.º 9.752/89). Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre a constatação da falta de recolhimento do ITCD devido na transmissão de bens, decorrentes da doação dos recursos financeiros correspondentes à nua-propriedade do imóvel, conforme escritura pública lavrada em 29/05/96, às fls. 130 a 132, do Livro 263, do Cartório do Terceiro Ofício de Notas de Uberaba.

Inconformados com as exigências fiscais, o Coobrigado e a Autuada impugnam tempestivamente o Auto de Infração (fls.10/14 e 22/29) respectivamente, sendo que a Autuada por intermédio de procurador regularmente constituído e o Coobrigado assistido por sua mãe, Wânia Maria França Guimarães, requerendo, ao final, a procedência das Impugnações.

O Fisco apresenta a manifestação de fls.40/44, refutando as alegações das defesas, requerendo a improcedência das Impugnações.

A 1ª Câmara de Julgamento, em sessão realizada aos 06/06/01, converte o julgamento em diligência fls. 39, a qual é cumprida pelo Fisco (fls.40/43).

DECISÃO

Da Preliminar

Não há que se falar em qualquer cerceamento de defesa à Autuada. Todo o procedimento legal foi respeitado, deu-se o contraditório, ao sujeito passivo foi observado o direito de ampla defesa, na forma processual prescrita na legislação vigente, não havendo qualquer inobservância de dispositivo legal que tenha tolhido o sujeito passivo da apresentação de sua defesa. Além do mais, não há qualquer impedimento legal, com dito pelo fisco, do número de autuações contra uma ou de intimações a uma mesma pessoa. Por estas razões, rejeita-se esta preliminar de cerceamento de defesa.

Do mérito

Apesar de a Autuada tratar a sujeição passiva como matéria preliminar, ao se apreciar o lançamento, como um todo, é ela apreciada no mérito. Não há que se falar em ilegitimidade passiva da Autuada, pois se restar configurado que teria se dado o fato gerador do ITCD, não teria havido o recolhimento do ITCD. Na forma do § 2º do art. 1º da Lei 9.752/89, o titular da serventia da Justiça responde solidariamente pelo tributo não recolhido na transmissão de direito. Por esta razão, correta a eleição do sujeito passivo, na pessoa do titular do Cartório onde se lavrou a escritura pública, pelo que se rejeita a arguição de ilegitimidade passiva da Autuada.

Como foi dito pelo Fisco, tanto no relatório do Auto de Infração, como em sua Réplica está a exigir o ITCD por entender que houve doação de recurso financeiro para que o outorgado comprador (coobrigado) efetuasse o pagamento aos outorgantes vendedores, referente à compra do imóvel constante da escritura (fls. 07/09).

Pela mesma escritura, verifica-se que o Coobrigado, ao tempo da escritura pública, não era civilmente capaz, pois era menor púbere. Mas, este fato não quer necessariamente dizer que, por ser menor relativamente capaz, não detinha ele recursos financeiros próprios para adquirir o imóvel. Nem mesmo consta da escritura pública que a mãe tenha doado o recurso financeiro para que a menor efetuasse o pagamento aos outorgantes vendedores.

Ao contrário, o que diz é que a mãe, na assistência legal ao Coobrigado que lhe compete efetuou o pagamento aos outorgantes vendedores. É o que consta do item 4º da escritura (fls. 08):

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“(…) que confessam já haver recebido da mesma outorgada compradora, em moeda corrente da república, fato este que lhes assegura plena, geral e irrevogável quitação;”.

É de se ressaltar o que consta do § 1º do art. 134 do Código Civil: “a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena (...)” (grifei).

No entanto, a Coobrigada foi intimada a comprovar a sua capacidade financeira para adquirir tal bem. O prazo para produzir tal prova transcorreu em branco e, até o momento do julgamento, não existiu qualquer prova neste sentido.

Daí, entender-se que doação de recursos financeiros houve. A donatária é a Coobrigada, os doadores desconhece-se, mas, nem por isto, está descaracterizada a doação. Se houve doação, há a incidência do ITCD. Primeiramente que o fato gerador, por força do art. 1º da Lei 9.752/89 está caracterizado. Em segundo, o próprio Contribuinte está definido, na pessoa da donatária, Coobrigada (§ 1º do referido artigo), e na pessoa do titular da serventia da Justiça, Autuada (§ 2º do referido artigo). Em terceiro, a incidência está prevista no art. 2º, II, da Lei 9.752/89. O prazo de pagamento do imposto, conforme consta do art. 7º, IV, da mesma Lei, no momento da autuação, já havia se expirado.

Como o pagamento não se deu no prazo correto, aplica-se a penalidade prevista no art. 16, § 1º, da Lei 9.752/89. O Fisco, no Auto de Infração aplicou a penalidade da Lei 12.426/96, esta penalidade, no decurso do tempo, ao superar a penalidade prevista na Lei anterior, faz-se prejudicial aos integrantes do pólo passivo da obrigação tributária. Assim, uma correção há que ser feita: a penalidade, na forma proposta pelo Fisco, há que se restringir ao limite de 100% do valor do tributo.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em rejeitar a argüição de cerceamento do direito de defesa. No mérito, também à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento para reduzir a penalidade ao limite máximo de 100% (cem por cento) do valor do ITCD (art. 16, § 1º da Lei 9752/89). Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Edwaldo Pereira de Salles e Antônio César Ribeiro.

Sala das Sessões, 18/04/02.

**Aparecida Gontijo Sampaio
Presidente/Revisora**

**Francisco Maurício Barbosa Simões
Relator**

MLR/msst